

5 o tempo passado: observando sentidos

Não há como refletir sobre a concepção de tempo sem que se estabeleça uma relação entre os atores sociais envolvidos nos diversos papéis acionais no interior do sistema social. Especialmente se for levado em consideração que a própria natureza da experiência de vida humana se relaciona à questão do tempo. Esta relação é extremamente naturalizada por nossas referências sociais e, portanto não se mostra corriqueiramente como uma questão. Somente quando esta relação é questionada pela própria sociedade e que seu aspecto construtivo é enfatizado, o que pôde ser percebido, por exemplo, no processo de mudança de calendário realizado em 1752 pelo governo britânico. Naquele momento, foi decretado que o dia seguinte a 2 de setembro deveria ser registrado como 14 de setembro. Tal alteração objetivava ajustar o calendário britânico ao calendário gregoriano previamente adotado pela maioria dos outros países da Europa Ocidental. Naquele dia, vários cidadãos britânicos pensaram que suas vidas estavam sendo encurtadas e vários trabalhadores em Bristol, na época a segunda maior cidade da Inglaterra, acreditando de fato que teriam seus pagamentos reduzidos, amotinaram-se em nome dos seus 11 dias “perdidos” (Whitrow, 1993). Este episódio ilustra a inseparável relação entre a vida humana e a noção de tempo. No dia a dia da sua experiência com a realidade, os produtos simbólicos de tempo são como vigas que sustentam o pertencimento a um espaço e a uma condição histórica. E é exatamente esta relação entre espaço, tempo e movimento que gerou as diversas observações sobre o tempo que fundamentaram a relação do homem com a sua temporalidade.

Em relação a esta questão, o historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso (s.d.) acredita ser possível que a noção de espaço tenha antecedido a noção de tempo. Segundo o autor, isso pode ser percebido na análise de línguas antigas que tinham como tendência a espacialização do tempo e um tardio desenvolvimento de sistemas verbais baseados na noção de tempo. Segundo o autor

Mesmo hoje em dia, qualificamos em português o tempo como “curto” ou “longo”, isto é, com um vocabulário espacial. Podemos até mesmo dizer “um curto espaço de tempo”, que um evento “ficou para trás” ou está “a grande distância no tempo”, por exemplo (Cardoso, s.d., p.1).

Ao analisar a língua quêchua, Flamarion comenta

Um caso extremamente curioso, por prenunciar intuitivamente a relatividade, é o da língua quêchua. A palavra pacha, cuja acepção mais conhecida e usual designa a terra, como solo e como mundo, assim como sua personificação religiosa numa entidade feminina (na mitologia andina, a terra é feminina, a água em movimento - seja a da chuva, seja a do canal - que vem fecundar a primeira é masculina). Alternativamente, o termo também pode significar tempo, período, circunstância. O mais interessante, porém, é que em certos contextos pacha designa em expressão única, sintética, as noções conjugadas de extensão espacial e intervalo de tempo (um momento ou um período). Assim, por exemplo, no manuscrito de Huarochirí (capítulo I, seção 7), a passagem *coni raya vira cocha runa camac pacha camac*, início de uma oração à entidade sobrenatural Coni Raya, identificada a outra, Vira Cocha, significa ao pé da letra: “Coni Raya Vira Cocha, que animaste os humanos e animaste a terra-tempo”, isto é, quanto ao último membro de frase, algo como “que animaste o mundo em seu ciclo atual”. Analogamente, em outra passagem do mesmo manuscrito (capítulo 18, seção 221), quando o Homem da Montanha, ao prever durante o sacrifício de uma lhama a chegada dos espanhóis, afirma que a pacha “não é boa” por prenunciar o abandono de Paria Caca, a principal huaca da região, isto significa algo como “o mundo neste momento deixou de se configurar favoravelmente a nossas crenças e valores (Cardoso, s.d., p.2).

Neste sentido, Whitrow (1993, p.190) vê no pensamento de Santo Agostinho a primeira investigação sobre a noção de tempo que leva em consideração a figura de um observador em sociedade. Segundo o autor acima citado a proposta de Santo Agostinho identifica a percepção do tempo a partir de um ponto de vista subjetivo que implica num conceito primário identificado como o instante (não a duração). Entretanto, apesar da grande influência de Santo

Agostinho na teologia medieval, só a partir do Renascimento humanístico do século XV os pensadores ocidentais passaram a considerar a existência pessoal como essencialmente baseada no momento presente.

No entanto, um sentido do tempo envolve alguma sensação ou consciência de duração. Galileu Galilei contribuiu para uma descrição dessa idéia de duração do tempo ao defender a mobilidade da terra e estabelecer nos *Discorsi e dimostrazioni matematiche intorno a due nuove scienze attenenti alla meccanica & i movimenti locali* (Galilei, 1636) sua lei de queda dos corpos. No mesmo momento Galileu apresenta a sua definição de movimento naturalmente acelerado. A descrição do fenômeno da aceleração concebida por Galileu não é a única possível, mas, o que é interessante perceber é que tal descrição significa que existem acréscimos iguais de velocidade em iguais intervalos de tempo, ou seja, Galileu inseriu o conceito de duração (tempo contínuo) ao movimento de queda dos corpos (descrevendo a velocidade em queda a partir de uma taxa constante relativamente ao tempo, e não ao espaço)¹.

A ligação entre tempo e movimento foi crucial para o espírito de otimismo intelectual e da crença numa linearidade progressiva do “século das luzes”. Segundo Lovejoy (1984, p.246) foi no século XVIII que a idéia da “grande cadeia do ser” se estabelece como um dos conceitos basilares das sociedades ocidentais. Segundo ele esta “cadeia” seria a percepção de que o universo é

¹ A idéia de que a natureza absoluta da duração temporal não é uma consequência imediata de nossa experiência, mas deriva da reflexão sobre essa experiência é o cerne da proposta de Galileu. Um outro exemplo desta idéia seriam as variações dos estados fisiológicos do ser humano, causados por experiências no seu domínio de realidades que o afastariam da percepção interpessoal do tempo. Alguns exemplos seriam os efeitos de drogas psicotrópicas, o confinamento por longos períodos, ambientes frios ou escuros, sem recurso a relógios, ou espaços geográficos polares onde a dicotomia dia e noite eventualmente não existe. Nosso sentido de duração é afetado pelo nosso domínio de experiências que pode gerar constraints que nos afastariam da organização temporal que vivenciamos em sociedade.

composto de um imenso número de elos dispostos em ordem hierárquica, o que sugere uma idéia de movimento contínuo em direção ao progresso. Por outro lado, tal pressuposto preconiza uma estrutura contínua e quase anímica que se estabelece como um substrato absoluto para os diferentes cenários do desenvolvimento da história, e que se manifesta de diferentes maneiras nas distintas etapas históricas (Hegel, 2001). A função do historiador neste enquadre seria destacar as diferentes etapas do desenvolvimento da humanidade. O tempo histórico, ao mesmo tempo, não abdica da cronologia e se posiciona a favor de uma construção histórica cujo resultado seria a crença na emergência do conhecimento de um dado momento no fluxo do tempo. A data de um evento, por exemplo, é carregada de valor, já que todos os eventos de um povo, de uma nação ou de uma civilização, ocorrem numa síntese inabalável entre tempo e espaço.

Em relação a estas etapas, Vico sugeria uma interpretação diferente. Ele interpretou o conceito de ciclos a partir da idéia de que períodos da história possuem uma estrutura que os caracteriza e que influencia todos os seus movimentos, reaparecendo em certos outros períodos, de tal modo que é possível raciocinar com base na analogia entre um desses períodos e o outro. Para ilustrar essa idéia Vico traçou um paralelo entre o barbarismo da alta Idade Média cristã na Europa Ocidental e o barbarismo da idade homérica. Ele sugeriu que nestes períodos, certos traços, como o domínio de uma aristocracia guerreira, eram comuns. Assim sendo, ele nomeou esses períodos de "heróicos". Apesar deste ponto de vista, Vico não pensava na história a partir de uma circularidade infinita, já que acreditava na possibilidade de novos construtos serem dimensionados e transformados em artefatos históricos. Segundo R. G. Collingwood (1848, p.68), seu conceito de recorrência "não é um círculo, mas uma espiral; pois a história nunca se repete a si mesma, mas ressurge em cada

nova fase sob uma forma alterada pelo que se passou antes". Assim, o barbarismo da Idade Média ocidental diferiu do da Grécia homérica pela influência do cristianismo. Vico pensava, entretanto, que períodos similares tendem a se repetir na mesma ordem; por exemplo, um período heróico é sempre seguido pelo que chamou de um "período clássico", em que o pensamento prevalece sobre a imaginação, a prosa sobre a poesia, e assim por diante².

Em sua *História da França*, Michelet (1833) declarou que Vico fez pela história o que Newton fizera meio século antes pela física. Vico pode ser considerado o primeiro expoente da crença moderna de que, para compreender a natureza e a estrutura da sociedade, devemos estudar todos os seus aspectos em perspectiva histórica, isto é, do ponto de vista do tempo³.

A importância fundamental desta perspectiva histórica foi percebida por Johann Gottfried Herder. Ao rejeitar estruturas e princípios absolutos na concepção de um conceito e na prática da história, Herder se posiciona frente a possibilidade de um "relativismo histórico" segundo o qual cada cultura (e cada época) tem seu próprio caráter e valor intrínseco, e somente por eles pode ser

² Ainda em relação à questão do tempo e da história, Vico (2004) aposta na idéia de que o homem só pode ser compreendido historicamente. Isto significa afirmar o papel crucial do conhecimento do passado para uma compreensão de nós mesmos. A partir desta idéia e da responsabilidade que ele alega ao localizar no homem a fonte de suas próprias concepções, criticou particularmente a "tendência a projetar nas mentes de povos primitivos modos de pensar e sentir que são eles próprios o produto de um longo período de desenvolvimento histórico" (Whitrow, 1993, p.169). Vico sugeria que toda análise teórica deve partir do ponto inicial no qual o fato estudado começou a tomar forma.

³ É importante mencionar que na *Scienza Nuova*, Vico parte do ponto de vista de que o progresso autêntico não pode surgir do desconhecimento de Deus ou do abandono da lei moral. A Providência divina é definida por Vico como "sabedoria suprema a qual, sem força de lei, mas usando dos próprios costumes dos homens, regula e conduz divinamente a grande comunidade das Nações". Podemos afirmar que a interpretação da história em Vico aproxima-se de uma visão agostiniana integrando-a a uma tendência moderna de se pensar a estrutura histórica a partir da idéia de progresso.

julgada, incluindo na dinâmica da historicidade não só o universo físico, mas também o mundo vivo e a sociedade humana (Herder, 1784).

É importante ressaltar que foi no século de Herder e Vico que o relógio mecânico tornou-se uma realidade cotidiana. A sua inserção na estrutura do espaço social expressou uma dimensão precisa dos ciclos diários através de estruturas matemáticas que realçavam uma maneira linear de se organizar e estruturar o tempo.

Durante o século XIX a idéia do tempo como progressão linear passou a prevalecer e sugeriu uma história constituída no âmago de uma homogeneidade fundamentada na contemporaneidade. (Hegel, 2001). O historiador deveria, portanto, estabelecer recortes temporais que estabelecessem períodos, épocas e estágios tematizados a partir de localizações cronológicas pontuais. Destes recortes surgiram as estruturas fundamentais da sociedade, reletindo a sua totalidade, que se manifesta de formas distintas nas etapas históricas. As datas e a precisão com a cronologia dos acontecimentos ganha destaque nesta perspectiva, já que a causalidade do tempo histórico-cronológico que fundamentaria as respostas para as grandes questões metafísicas da humanidade. Assim, a idéia de se analisar o processo histórica baseado nesta seqüencialidade cronológica elege a sua função maior sob a égide do desenvolvimento e do progresso universal e universalizante que, graças às estruturas narrativas das historiografias, parece sugerir a escala do tempo como um dos princípios para a evolução da humanidade.

Já no século XX, Marcel Mauss e Henri Hubert (1909) apostaram na dúvida sobre a homogeneidade do tempo e seu status de unidade natural, verdadeira e absoluta. Estes autores basearam sua concepção de tempo na

observação dos fenômenos religiosos e na magia. Segundo eles essas práticas funcionariam como uma espécie de enquadre, de espaço de experiências onde o tempo pode ser experimentado de modo mais qualitativo do que quantitativo. O tempo é definido por esses autores então como um sistema de classificação, um meio orientador construído em sociedade, um instrumento para regular a convivência humana.

No espaço da física, uma importante contribuição sobre o debate é colocada por Albert Einstein em 1905. Ele propõe a conhecida teoria da relatividade espacial, cujo princípio da relatividade postula que as leis físicas são invariantes por uma mudança entre sistemas de referência inerciais. Além disso, o autor postula a teoria da constância da velocidade no vácuo, conforme medida por qualquer sistema de referência inercial. Além de se divorciar completamente da visão de Galileu e da mecânica newtoniana, que pressupõem uma visão de tempo absoluto, Einstein caracteriza o tempo como sendo relativo, ou seja, dependente do sistema de referência do observador.

O formalismo quântico e a cosmologia também contribuíram radicalmente para uma tematização nova do conceito de tempo que desestabilizou o determinismo clássico, a noção de seqüencialidade, e, no caso da cosmologia, que procurou respostas sobre o surgimento dos elementos químicos e sua proporção atual no universo, gerou a tão popular teoria do tempo inicial conhecida como *big bang*, além das teorias do tempo imaginário, do retorno ao passado e da flecha do tempo.

A partir destas premissas, a bússola do discurso histórico pode ser concebida não somente a partir de um norte evolucionista, mas também de objetos e problemas a partir de novos focos e ângulos. A sociedade e a história

poderiam então ser tematizadas divorciando a sua concepção dos desígnios do evolucionismo e da teleologia histórica.

A nova história que surge deste redirecionamento epistemológico tende então a analisar os fenômenos históricos através de estruturas significativas e explicativas que utilizam o dado cronológico como um parâmetro comparativista que contribui para a formação e inteligibilidade da sua leitura dos fatos históricos, fatos estes que já não são mais vistos como fundamento primordial do pensamento histórico.

O importante nesse momento é apontar que a marcação do tempo cotidiano fundamenta uma ordenação social numa estrutura sistêmica de comunicações. O tempo é a ilusão de aproximação das heterogenias cognitivas. É através da sua instauração no espaço social, e não nas referências fisiobiológicas, que os atores sociais estabilizam suas necessidade interacionais. Isso torna a necessidade de uma domesticação desse conceito no âmbito social um artifício heurístico fundamental nas relações micro e macro sociais, o que pode ser percebido pela extrema busca da absolutização desse conceito a partir da definição de segundo no sistema internacional de unidades (SI) – duração de 9.192.631.770 períodos de oscilação da radiação correspondente à transição entre dois níveis. Em relação a esta urgência da precisão temporal, Giddens (1991) afirma que

Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, dominadas pela "presença" - por atividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo, fomentando relações entre outros. "ausentes", localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (Giddens 1991. p.27).

A preocupação com a validação de um conceito de tempo e sua relação com a condição de observador também é debatida pelo espaço da arte. O vídeo e o cinema, artes cuja relação espaço e tempo são temáticas constantes, apresentam o tema sob vários ângulos.

Na literatura em *Poemas Corrompidos*, Lucas Bambozzi apresenta uma versão da frase “eu tenho fome da extensão do tempo”, de Fernando Pessoa. O trabalho se constitui de uma coletânea de vídeos de curta duração em alta velocidade, no intuito de se acentuar a rapidez da passagem do tempo.

No mesmo sentido, a idéia do *loop*⁴ aparece Em *O arco-íris no ar curvo*, de Júlio Plaza, que, por meio da faixa de Moebius⁵, constrói um arco impossível, em que “as faces geram uma dimensão inexistente para simular a dobra do ar em que surge o arco-íris” (). O tempo do poema é um tempo suspenso, relativo, como a figura geométrica impossível que a imagem de computação gráfica permite sintetizar. Em *Loopoesia* Wilton Azevedo, utilizando imagens de animação computadorizada de no máximo 8 segundos em uma velocidade de 0.0001 por frame faz uma brincadeira com o efeito do *looping*.

⁴ Loops are control structures that allow a statement, or group of statements, to be executed multiple times.

⁵ Descoberta em 1865 pelo matemático e astrônomo alemão August Ferdinand Moebius (1790-1868), a faixa de Moebius foi o embrião de um ramo inteiramente novo da matemática conhecido como topologia, o estudo das propriedades de uma superfície que permanecem invariantes quando a superfície sofre uma deformação contínua. A faixa é um anel que só tem um lado: podemos ir de um ponto de um 'lado' da faixa a qualquer ponto do 'outro' lado através de um caminho contínuo sem nunca perfurar a superfície nem passar pela fronteira. Além disso, ela tem uma única borda. A faixa pode ser representada por uma equação matemática, cuja teoria chamou a atenção de vários artistas entre eles Max Bill (1908–1994) e M. C. Escher (1898-1975). Até mesmo na ficção científica, há menção da faixa de Moebius, na história “A Subway Named Moebius” de A. J. Deutch (1950) centrada no misterioso desaparecimento de um trem numa estação recém inaugurada. Esse conto inspirou o filme argentino “Moebius” (1996) de Gustavo Mosquera.

Assim como o *loop* sugere o redimensionamento da percepção da linearidade, o tema da memória é discutido por Henri Bergson ao afirmar que o tempo deveria ser concebido espacialmente e a memória vista como o empilhamento do passado no passado, numa dinâmica na qual o presente simples muda e se reorganiza a medida que conforme cada novo elemento do passado se acumula.

Estas visões expõem o divórcio da dimensão temporal com a linearidade. Com o exercício da memória, o passado se presentifica alargando as margens do presente, que se expande, apontando um vínculo com a simultaneidade histórica de Gumbrecht (1999). No tempo da memória, segundo Bergson, as ordens dos acontecimentos não formam um todo inteligível, mas um amontoado de acontecimentos que se entrelaçam como em uma grande malha.

A montagem audiovisual eletrônica e digital também oferece alguns exemplos de produções que se debruçam sobre a questão do tempo. As possibilidades oferecidas pelas técnicas de edição permitem que os artistas construam formas não lineares que redimensionam as relações entre cronologia e memória. Peter Greenaway e seu cinema e um trabalho como *Désir Noir*, da vídeo artista Inês Cardoso são dois exemplos de criações que se beneficiam das possibilidades atuais da montagem eletrônica. Nos dois casos, a tela, composta em camadas sobrepostas, representa visualmente a simultaneidade da memória em oposição à seqüencialidade do tempo objetivo.

Já em *Things Spoken* (1999) Ágnes Hegedûs⁶ constrói uma rede de memórias ligadas à passagem do tempo na forma de um aplicativo em que o usuário, ao navegar por imagens retiradas do museu de sua vida privada tornado público na forma de um passado fragmentário, conhece a história da artista como uma memória de um tempo sempre inexistente, aproximando-se do tempo Proustiano e do tempo do *Paraíso Perdido* de Milton.

Seria possível alongar as temáticas da esfera da arte ainda por várias linhas. Contudo, acredito que, com o recorte feito, pude ilustrar os resultados de uma diversidade de inquietações sobre a natureza do tempo. Deste modo, posso concordar com G. J. Whitrow (1980) quando afirma que

nosso sentido consciente de tempo depende dos mecanismos de atenção e da codificação e armazenagem de informação no cérebro mais do que de qualquer órgão interno específico de experiência do tempo. Este é afetado não somente por nosso estado físico e mental em geral, incluindo nossa idade, mas também pela natureza de nosso ambiente e pela cultura na qual vivemos. Nosso 'sentido' de tempo não é nem uma condição necessária de nossa experiência, como pensou Kant, nem uma simples sensação, como acreditou Mach, mas sim uma construção intelectual (Whitrow, 1980. p. 64).

Concordo também com Rusch (1996) que, comentando a mesma passagem acima, afirma que

As partes componentes dessa construção são as unidades integrais das percepções e experiências humanas, formas figurativas e, acima de tudo, sequenciais, que, como esquemas de ação (causais, finais, condicionais, etc.), são combinadas para formar unidades macroestruturais tais como sequências ou cadeias de acontecimentos. (Rusch, 1996.p.150).

Esta perspectiva é sustentada pela teoria cognitiva de Jean Piaget, que sugeriu ser mais importante e mais proveitoso pesquisar a maneira pela qual construímos as noções e esquemas conceituais que nos possibilitam lidar com o

⁶ Artista nascida em Budapeste, Hungria in 1964. Mora e trabalha atualmente em Karlsruhe, Alemanha. Artista multimedia, desenvolveu instalações interativas para apresentar aspectos fundamentais da percepção e seus conceitos sobre realidade virtual

mundo das experiências do que enveredar pelo caminho de um debate metafísico (Glasesfeld, 1996). Segundo Rusch (1996) a idéia do esquema conceitual é muito importante. Em relação à construção do conceito de tempo, ele afirma que

(...) o esquema temporal desenvolve-se como um tipo de coordenação de tais unidades de ação e movimento que, de acordo com sua participação e função no processo cognitivo, são determinadas em termos de outras unidades de ação e movimento, isto é, em termos de atividade mental ou motora. E toda nossa chamada medida do tempo consiste, na verdade, em nada mais do que na determinação da duração de um evento em termos da duração de um outro evento (preferivelmente uniforme). É, portanto, esse tipo de relação que marca o tempo em sentido estrito. E, desse modo, o tempo homogeneíza os eventos e inter-relações de nossa experiência - de outro modo disparatados - em variantes de um tema comum: a duração (Rusch, 1996, p. 150)

Pensada desta maneira, a percepção temporal funciona como um conceito cognitivo cuja função contribui para a organização da vida humana a partir das suas partes componentes, que são, sobretudo as unidades integrais da percepção e da experiência, as estruturas cognitivas figurativas, e a seqüencialidade dos acontecimentos. Essas formas cruciais, ao serem combinadas, formam unidades macro estruturais, que são coordendas a partir de outras unidades em relação à sua participação no processo cognitivo. Isso significa dizer que a medida do tempo nada mais é do que a percepção de duração de uma experiência em relação à outra (Rusch, 1996. p.151). Esta perspectiva concebe o tempo como um construto cognitivo cuja idéia da seqüencialidade funciona como um amálgama que ordena a construção do espaço de percepção da realidade. Ele sugere que

O tempo - como um adesivo - liga as unidades dos acontecimentos vivenciados para formar um acontecimento uniforme da experiência. E, então, a invenção das unidades de tempo familiares, das medidas do tempo e dos calendários deve ser essencialmente considerada como uma realização da matemática, da geometria e da aritmética e, também, da tecnologia da engenharia de precisão, as quais nos têm provido com modelos (por exemplo, as linhas retas e as linhas entre dois pontos na geometria; a série de números e suas combinações, etc.) e com instrumentos de contagem precisos (Rusch, 1996. p.151).

Quando discorre sobre o tempo em sua *La construction du réel chez l'enfant* (Construção do Real na Criança) Piaget indica duas importantes conclusões: "L'enfant, devenant capable d'évoquer des souvenirs non liés à la perception directe, parvient par cela même à les situer dans un temps qui englobe toute l'histoire de son univers". A segunda, relacionada a medida e a duração do tempo sugere que "la durée propre est située par rapport à celle des choses, ce qui rend possible à la fois l'ordination des moments du temps et leur mesure en relation avec les points de repère extérieurs" (Piaget, 1937. p.306) .

A reflexão de Piaget indica que o conceito de tempo é uma tematização da experiência e da organização cognitiva de um espaço de seqüencialidade. Espaço (entendido como a construção cognitiva de um modelo de mundo e sua espacialidade), pois a relação entre a construção de uma percepção de passado pressupõe uma experiência de domínios de ação no sistema social. Não percebemos o tempo físico. O que vivemos é uma quantidade de experiências cognitivas em série, que, por serem únicas, são percebidas na sua seqüencialidade.

A questão que se coloca é a o afastamento de uma concepção universalizante de tempo. A consciência de que a noção de tempo surge como uma abstração (ou descrição semântico-heurística) das coerências de experiências do observador utilizada como uma noção explicativa deve substituir uma noção de tempo que se torna um princípio explicativo transcendental e ontológico para as experiências humanas e para as descrições semânticas dos processos históricos da literatura. Além disso, a idéia de uma tríplice divisão do tempo em passado, presente e futuro preconiza uma organização intersubjetiva que ordena e dá sentido as experiências. No que diz respeito às descrições

semânticas destas experiências, estamos sempre no presente dos seus acontecimentos, Desta maneira, as descrições históricas são construções no presente e que tematizam dinâmicas descritivas das experiências dos indivíduos.

Fernand Braudel discutiu essa dinâmica do tempo da história. No seu artigo “A longa duração”, publicado na revista dos *Annales* de 1958, Braudel atesta a relevância da dialética da duração para a análise histórica tanto do passado quanto da atualidade, já que esta noção é indispensável para as ciências humanas pensarem a multiplicidade da experiência humana no presente e no passado.

Seguindo esta linha de raciocínio, Braudel (1978 p. 12-15) sugere redimensionar o tempo histórico em planos escalonados, distinguindo-os em três partes: o tempo geográfico, da longa duração; o tempo social, dos ciclos e interciclos, associado à média duração; e por fim, o tempo individual, do acontecimento da brevíssima duração. Esta divisão seria como um recurso heurístico para se operar com a duração social, que se apresenta sempre complexa e integrada. O problema, completa Braudel, “é definir a hierarquia de forças, de correntes e de movimentos particulares e, mais tarde, reconstituir a constelação deste conjunto” (Braudel, 1978, p. 18).

A idéia da constituição do tempo a partir da percepção de dinâmicas discursivas e da idéia de amalgama da seqüencialidade das experiências humanas nos remete à dificuldade dos historiógrafos e dos pensadores em geral em analisar e pesquisar a idéia do tempo presente. Ana Maria Mauad (2003) observa, em relação aos acontecimentos do dia 11 de setembro de 2002 a postura dos intelectuais em relação ao “acontecimento monstruoso” (Nora, 1979) revelado em “tempo real” pela mídia contemporânea

“Quando chamados a opinar sobre o acontecimento de 11 de setembro de 2001, boa parte dos intelectuais se mostrou lacônica, diante da velocidade com que o presente lhes era apresentado: pela televisão e em tempo real. A comunidade de ensaístas, filósofos e sociólogos, procurados pelo Jornal Folha de São Paulo para apresentarem sua avaliação sobre o que aconteceu, mostraram-se incapazes de realizar qualquer análise no calor da hora. Expressões tais como: “Nós não sabemos ainda quase nada. É um ataque ao conjunto da civilização ocidental” (Jurgen Habermans), “É uma situação terrível, ninguém sabe o que pode acontecer a partir de agora” (Carlo Ginsburg), ou ainda outra mais sucinta, como do filósofo italiano Toni Negri, “Não tenho nada a declarar. O que tenho a ver com isso” (..).”.

Levando-se em consideração o impacto emocional dos fatos ocorridos e a sensação de insegurança frente à cômoda estabilidade esboçada até então pelo capitalismo unívoco e desenvolvimentista apregoado com o início do terceiro milênio, a reação imediata dos pensadores acima citados talvez não pudesse ser outra. Diferente de Mauad, percebo na fala destes intelectuais além do espanto inicial um “cuidado epistemológico” que retoma as questões em torno os pressupostos teóricos metodológicos para a análise historiográfica do tempo presente que foram desenvolvidas especialmente nos anos 80.

Inserido no leque das teorias do retorno (o retorno do fato, o retorno político, o retorno da narrativa) os historiadores questionaram naquela época o papel da contemporaneidade na sua área de estudos. Jacques Le Goff (Chauveau & Tétart, 1999) sugere que a historiografia deve, ao buscar o estudo do presente, fazer uma leitura desse tempo como profundidade histórica pertinente e manifestar sua postura em relação aos seus métodos e suas fontes. O historiador não deve se contentar em descrever e contar e nem mesmo necessariamente discorrer sobre os seus dados a partir de uma postura explicativa. Assim sendo é papel do historiador é, hierarquizar os fatos, apontar os que são significativos e importantes e integrá-los a uma perspectiva de longa duração que possibilite aos historiadores visualizá-los a partir de uma perspectiva mais ampla.

No que diz respeito a uma perspectiva de relações entre as escolhas na produção da historiografia literária e seu material, o produto literário e as construções pos-processuais sobre estes produtos funcionam tradicionalmente a partir de uma postura explicativa que tenta realizar a integração acima descrita. Assim sendo, o papel do historiador nesta perspectiva é (hierarquizar os fatos) apontar os que são significativos e importantes de acordo com sua postura epistemológica e integrá-los a uma perspectiva de longa duração que possibilite aqueles que entram em contato com suas escolhas entender essa hierarquização com sendo uma possibilidade de integração desses a uma perspectiva maior.

Deste modo, o estudo historiográfico, mesmo aquele que se propõem ao estudo do tempo presente, almeja uma estruturação de um modelo de mundo dinâmico e integrado as expectativas de coerência no plano social. No verbete sobre história imediata do Dicionário das Ciências Históricas (Burguière 1993 p. 410/411), B. Paillard e Le Goff recomendam, por exemplo, que qualquer trabalho de história na perspectiva do imediato deve assumir uma atitude epistemológica aberta, mas balizada por diretrizes que, em suma, sugerem uma orientação transdisciplinar sobre os complexos fenômenos sociais a partir de uma discussão sobre a temporalidade social que implica numa incerteza sobre o porvir humano e cujos resultados devem ser concebidos como um processo de objetivação da subjetividade inerente aos estudos do presente. Esta postura aponta para a dificuldade de se analisar o presente a partir da necessidade de organização dos fatos sob a égide de uma perspectiva de longa duração. Porém, ao estabelecer as suas diretrizes, a sugestão acima aponta para uma forma de relacionar os eventos e acontecimentos através de um processo de reflexão sobre a própria temporalidade.

Burke (1992) também admite a possibilidade da existência de outras maneiras de integrar os acontecimentos, desconhecidas ou marginalizadas pelos historiadores. E é possível que algumas técnicas literárias possam ser aproveitadas e enriqueçam as possibilidades que o historiador tem de conectar os fatos e escrever a história. Há ainda uma preocupação com os rumos tomados pela escrita da história que

(...) tem sido empobrecida pelo abandono da narrativa, estando em andamento uma busca de novas formas da narrativa que serão adequadas às novas histórias, que os historiadores gostariam de contar. Estas novas formas incluem a micronarrativa, a narrativa de frente para trás e as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos a partir de pontos de vista múltiplos (Burke, 1992, p.347).

Uma destas formas de perceber o tempo é descrita por Gumbrecht (1991) através da sensação de simultaneidade que a experiência da vida contemporânea proporciona. Estas novas experiências são por ele ilustradas a partir do mundo dos saguões nos aeroportos. Para os passageiros em trânsito, ainda que o aeroporto seja o alcance simultaneamente apreensível pela sua consciência e pelo seu corpo, ele, na verdade, é experimentado como alcance potencial, à medida que estes espaços não se vinculam com determinada cidade, mas, antes, com todos os outros saguões do mundo. Ele elabora a seguinte descrição usando o aeroporto Kennedy de Nova York como exemplo:

Suponhamos que o nosso passageiro, chegando da Europa, tenha tomado o café da manhã ainda na Europa e, tendo tomado o segundo café da manhã no avião, sente então vontade de almoçar, esse seu apetite corresponderia a um tempo social que o seu corpo trouxe da Europa. No caso, ele estaria, por assim dizer, espacialmente presente no corpo do passageiro, mas em conflito com o tempo local dos empregados do restaurante do saguão que - tão cedo em sua manhã - só oferecem café e sanduíche de queijo. A esses tempos, de nossa situação inventada, acrescentam-se ainda, no espaço único do saguão de trânsito, os tempos dos passageiros vindos da costa ocidental dos Estados Unidos, e que são visíveis nos rostos cansados dos madrugadores" (Gumbrecht ,1991 p.58).

Essa descrição sugere uma sensação de aleatoriedade, materializada no deslocamento de um espaço de partida para um espaço de chegada que somado aos múltiplos tempos dos fusos horários indicados pelos relógios, parece dissolver a intencionalidade e a linearidade de uma representação única do tempo.

Neste movimento de simultaneidades, o autor percebe que se tenta empurrar o presente, por assim dizer, em direção ao futuro, ampliando-o, ao mesmo tempo em que os espaços do passado passam a ser reproduzidos, no presente, numa perfeição técnica antes inimaginável. O autor sugere então que esta maneira de se pensar a temporalidade não significa tematizar uma época na seqüência linear do tempo, já que pensar em processos de substituição não faz sentido devido a esta simultaneidade. Ainda segundo o autor, apesar de vários avanços teóricos, a filosofia e as ciências humanas ainda não assimilaram plenamente um pensamento que supere os pressupostos de uma orientação oriunda de visões historicistas e positivistas para a descrição do tempo, o que faz com que a questão do dia a dia das experiências da vida cotidiana não seja levada em consideração.

Destarte, a pergunta “o que é o tempo?” não pode obter mais como resposta algo considerado como uma entidade independente (Maturana, 1978). Esta idéia deve ser abordada pela tentativa de se descobrir quais características de coerência são conotadas no seu significado, quando a usamos. Na nossa cultura, a idéia de tempo funciona como um princípio explicativo e heurístico, assim como a noção de realidade. Maturana (1988) atesta que a palavra tempo “conota” uma abstração da ocorrência de processos em seqüências, assim como as pessoas os distinguem na coerência da organização de suas experiências

nas várias dimensões e formas de existência humana. Assim sendo, cada forma de abstração das regularidades das experiências de processos e de seqüências de processos pressupõe uma definição de tempo. Cada domínio tem a sua própria dinâmica processual e temporal. Este princípio de descrição da seqüencialidade nos domínios é caracterizado como “o tempo”. Além disso, a idéia de uma tríplice divisão do tempo preconiza apenas uma organização intersubjetiva que ordena e dá sentido as estas experiências. No que diz respeito às descrições semânticas destas experiências, estamos sempre no presente dos seus acontecimentos. Desta maneira, as descrições históricas são construções no presente e que tematizam dinâmicas descritivas das experiências dos indivíduos⁷.

Logo, um fato histórico tem uma temporalidade muito maior e muito mais relevante do que aquelas que indicam seus marcadores temporais (anos, meses, séculos) tradicionais. Eles dependem, assim como a estrutura de construção do passado, de um lastro da memória, que, intersubjetivamente, costure esta relação temporal a construção de conceitos heurísticos no espaço social. Assim como a idéia de duração temporal diferenciada (longa ou curta duração), os eventos podem fazer parte de uma estrutura histórica por estarem enraizados nos conceitos centrais de construção da sociedade, mesmo que não sejam necessariamente tematizados como tal⁸.

⁷ A questão que se coloca é a de que uma noção de tempo que se torne um princípio explicativo transcendental e ontológico para as experiências humanas deve ser repensada em prol de uma noção de tempo como abstração (ou descrição semântico-heurística) da tentativa de dar coerência as experiências do observador.

⁸ Muito embora os fatos históricos que contribuíram para esta “naturalização” estejam ligados à história e a historiografia através de vínculos temporais diferentes, a sua percepção na sociedade não se liga diretamente a um lastro temporal definido.

Esse vínculo temporal é uma construção de referências. Assim a referência individual (lembrando que as individualidades coletivas operam sempre no espaço sistêmico como observadores e como tal não é possível pensar em isolacionismo solipsista) é responsável pela articulação desta temporalidade, no evento das interações sistêmicas.

Baseado então no que foi acima exposto, posso pensar que a historiografia posiciona seu olhar para o tempo e o espaço na expectativa de promover uma construção referenciada de uma dimensão experiencial. Ela repousa suas expectativas de reconhecimento como discurso circunscrito a uma série de rotinas na esfera de sua construção e de sua recepção, inevitavelmente gerando múltiplas interpretações. A literatura, da mesma forma, além de ser elaboração da inventividade do artista, torna possível uma multiplicidade de interpretações e decodificações originais ao longo do tempo. Todavia, a literatura não prescinde de uma identidade de tempo ou de espaço para que o leitor possa com ela interagir e construir *comunicados* e *textos-objeto*. Ela pode existir como co-referência, mas não é fundamental, como acreditam ainda muitos que vêm os estudos da literatura como análise de contexto histórico, de datas e estilos de época. Questiono aqui a sua essencialidade, mas não postulo que qualquer leitura seja dissociada de uma relação de temporalidade que une o leitor a sua dimensão referencial da realidade, ou seja, a leitura acontece sempre numa complexa relação de elementos no qual o tempo faz parte. Portanto, as referências a um espaço e a um tempo (época), a fatos considerados relevantes para uma determinada coleção de produtos literários, a uma suposta observação de elementos lingüísticos estilísticos e formais identificada por um sistema literário como referências a esta determinada coleção, passam a ser consideradas não mais como fatores determinantes da experiência literária, mas como contribuições sistêmicas ao repertório de elementos *do e no leitor*.

Isso sugere que dependendo das intenções de leitura e dos níveis de leitura (no sentido sistêmico apontado por Barsch acima) essas contribuições podem ser ativadas ou não. Num nível de ações de recepção literária, por exemplo, não se espera uma tematização desta leitura, nem que se estabeleçam critérios de valor em relação aos referenciais “do passado” ou “do presente” desta recepção. Num nível onde o leitor se engaja na produção de construtos pós-processuais, pressupõe-se um tipo de engajamento reflexivo que se oriente então através da experiência com os textos elementos lingüísticos ou não (num sentido amplo) na construção de uma descrição semântica (no sentido de Maturana) do processo de conhecer o passado no presente deste processo.

Em suma, neste capítulo, quis mostrar minha crença na possibilidade da literatura e da história permitirem a trama de organizações múltiplas, capazes de ampliar a possibilidade de entendimento do processo de produção do saber histórico-literário sustentado por uma noção de passado como construção.

Como apontei acima, todo esse esforço se orienta e se constrói na crença em um processo de ações que pressupõem um ator social envolvido num processo de construção de leituras com o objetivo de construir uma participação engajada num sistema específico. Isto significa dizer que acredito que a natureza dos experimentos historiográficos sejam abordados num sistema específico que tem com expectativa esse tipo de participação. Que sistema é esse, afinal, e como os atores percebem esta “necessidade” de se produzir construtos pós-processuais? O próximo capítulo tratará destas questões.